

Religião, poder e política partidária: a atuação da Igreja Universal do Reino de Deus por meio do Partido Republicanos no Brasil contemporâneo

Religion, power, and party politics: the role of the Universal Church of the Kingdom of God through the Republicanos Party in contemporary Brazil

Wilson Corrêa Borges¹

RESUMO

Este artigo analisa a complexa e crescente atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e sua estratégica articulação com o partido Republicanos no Brasil contemporâneo, delimitando o período de 2016 a 2022. A pesquisa investiga em profundidade como essa aliança político-religiosa, longe de ser uma mera representação de interesses setoriais, consolidou um robusto projeto de poder que visa reconfigurar as estruturas do Estado e da sociedade. O estudo examina as sofisticadas estratégias discursivas de construção de inimigos políticos e seu profundo impacto no pluralismo democrático, analisando como a retórica de antagonismo se tornou uma ferramenta central de mobilização. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-analítico, com base em uma exaustiva pesquisa documental e análise do discurso de um vasto *corpus* de fontes, incluindo dados eleitorais do TSE, documentos partidários, obras institucionais da IURD e material de imprensa. A fundamentação teórica ancora-se em autores clássicos e contemporâneos como Carl Schmitt (2009) e Chantal Mouffe (2015), para discutir a

¹Mestre em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e Licenciado em História pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Professor efetivo da Secretaria de Estado da Educação de Goiás. E-mail:wilsoncorobr@gmail.com

lógica do antagonismo e do agonismo, e Pierre Bourdieu (1989; 2007) e Michel Foucault (1999), para compreender as disputas por poder simbólico e a ordem do discurso. Os resultados, apresentados em 13 tabelas de dados e 4 gráficos, demonstram um crescimento paulatino do Republicanos em todas as esferas eleitorais – federal, estadual e municipal –, tanto em número de mandatos quanto em volume de votos. Conclui-se que a igreja utiliza uma retórica de antagonismo para mobilizar sua base, expandir sua influência política e redefinir as fronteiras entre religião e Estado, colocando em xeque os fundamentos da laicidade e do pacto democrático brasileiro.

Palavras-chave: Igreja Universal do Reino de Deus; Republicanos; Poder Político; Religião e Política; Bolsonarismo; Democracia Brasileira; Laicidade.

ABSTRACT

This article analyzes the complex and growing political activity of the Universal Church of the Kingdom of God (UCKG) and its strategic articulation with the Republicanos Party in contemporary Brazil, covering the period from 2016 to 2022. The research investigates in depth how this political-religious alliance, far from being a mere representation of sectoral interests, has consolidated a robust project of power that seeks to reconfigure the structures of the State and society. The study examines the sophisticated discursive strategies for constructing political enemies and their profound impact on democratic pluralism, analyzing how the rhetoric of antagonism has become a central tool for mobilization. The methodology adopts a qualitative, historical-analytical approach, based on exhaustive documentary research and discourse analysis of a vast corpus of sources, including electoral data from the Superior Electoral Court (TSE), party documents, institutional works of the UCKG, and press material. The theoretical framework is grounded in classical and contemporary authors such as Carl Schmitt (2009) and Chantal Mouffe (2015), to discuss the logic of antagonism and agonism, and Pierre Bourdieu (1989; 2007) and Michel Foucault (1999), to understand disputes over symbolic power and the order of discourse. The results, presented in 13 data tables and 4 graphs, demonstrate a gradual growth of the Republicanos Party across all electoral spheres — federal, state, and municipal — both in the number of mandates and in the volume of votes. It is concluded that the church uses a rhetoric of antagonism to mobilize its base, expand its political influence, and redefine the boundaries

between religion and the State, calling into question the foundations of secularism and the Brazilian democratic pact.

Keywords: Universal Church of the Kingdom of God; Republicanos; Political Power; Religion and Politics; Bolsonarism; Brazilian Democracy; Secularism.

1 Introdução

As conexões entre religião e política no Brasil da história do tempo presente têm exigido a ampliação e o aprofundamento de estudos e interpretações específicas sobre a Igreja Universal do Reino de Deus e sua atuação no campo político, especialmente por meio do partido Republicanos. Nesse contexto, torna-se fundamental contextualizar a origem tanto da IURD quanto da legenda partidária, a fim de compreender os fundamentos históricos e simbólicos que sustentam essa articulação entre esfera religiosa e esfera política. No cumprimento da responsabilidade historiográfica exposta ao debate pode-se afirmar que a IURD foi criada a partir de convicções e objetivos comuns entre líderes evangélicos experientes, conforme expressa Rodrigues (2014, p. 25):

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) foi fundada em julho de 1977, no Rio de Janeiro, por Edir Macedo Bezerra, Romildo Ribeiro Soares e Roberto Augusto Lopes, ex-membros da “Igreja Nova Vida”. O palco de seu primeiro templo foi o galpão comercial de uma funerária, situação bastante peculiar, levando-se em conta que se trata de uma instituição cujo objetivo primordial é realizar a intermediação entre a vida material e o plano transcendental.

À época, os fundadores da IURD já mantinham vínculos com a doutrina neopentecostal e com as chamadas teologias da prosperidade e do domínio. O empenho dos iurdianos, criadores da Igreja, era retirá-la da condição de celeridade local e expandi-la por todo o Brasil na virada da década de 1970 para os anos de 1980.

Nesse contexto, segundo Mariano (2005) e Rodrigues (2014), o interesse de Edir Macedo, ao longo da primeira década da fundação da IURD foi concretizado ao assumir o controle completo da IURD, autointitulando-se bispo primaz. A raiz mestra da Igreja se fortalece a partir de 1989, quando a instituição conecta o marketing religioso às aquisições da TV Record e da TV

Gazeta de São Paulo. Desde os primeiros anos de existência, percebe-se a ambição de epopeia dessa igreja no campo evangélico neopentecostal, foi marcada por um projeto expansivo de templos espalhados pelo Brasil e estratégico que visava ocupar espaços religiosos, políticos, sociais e na modernidade com notável intensidade.

No entendimento da IURD, combater o diabo ou satanás na sociedade implica conter as ações malignas simbolizadas pela corrupção, cujo principal reduto seria a política. Nessa perspectiva, a Igreja se considera apta a barrar todas as forças do mal e a promover uma reforma espiritual do povo brasileiro. Ela se enxerga como a única instituição capaz de adotar um discurso de ética na política, em sintonia com seus fiéis e representantes, sustentando-se na prática do bem comum. Segundo Oro (2003a), a religiosização do político na Universal tem início com a escolha dos candidatos feita por membros da cúpula da Igreja. Esses candidatos são apresentados nos cultos e, de imediato, ungidos pelos fiéis como pessoas íntegras e comprometidas com Deus e Jesus Cristo. Observa-se, assim, que os candidatos vitoriosos da IURD são aqueles escolhidos e apoiados integralmente por um grupo restrito da hierarquia dirigente, com respaldo dos pastores e obreiros.

É indispensável apresentar a amplitude e profundidade da atuação da IURD na política partidária brasileira através de evidências, especiais, no vínculo com o Partido Republicanos. A origem desse vínculo foi noticiada em reportagem da *Folha de S.Paulo*, em 13 de janeiro de 2005:

A Igreja Universal do Reino de Deus iniciou os trabalhos para a criação de um partido político controlado pelos bispos da denominação religiosa, o PMR (Partido Municipalista Renovador). A Folha apurou que as assinaturas necessárias para a criação do novo partido (cerca de 400 mil) foram colhidas nas portas dos templos da Universal, ao final dos cultos. [...]. Os parlamentares da Universal muitas vezes defendem ‘os interesses da igreja’ e não dos partidos a que estão filiados, [...].

Diante disso, é fundamental frisar que a Igreja Universal do Reino de Deus ingressou diretamente no campo público político brasileiro sem necessariamente criar um partido político próprio como braço político institucional. Segundo Oro (2003b), a IURD se inseriu na política em 1986, com a eleição de um deputado federal que compôs a Assembleia Nacional Constituinte (1987–1988). Constata-se que, entre 1986 e 2005, a IURD manteve seu vínculo com a política partidária, principalmente por meio do acolhimento de seus candidatos pelo Partido Liberal (PL).

Diante uma coesão de forças de políticos com a Igreja Universal, o Partido Municipalista Renovador (PMR) foi criado em 2005, conforme registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A primeira mudança do nome PMR ocorreu em 2005, quando a sigla passou a ser Partido Republicano Brasileiro (PRB). No site dessa agremiação consta que, após estudo criterioso, o PRB passou a ser denominado “Republicanos”, em maio de 2019.

Na compreensão de Araújo (2025), a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a Igreja Internacional da Graça de Deus (IIGD) compõem a liderança da bandeira que defende que o poder político deve ser ocupado e exercido para Cristo. De acordo com dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), a Igreja Assembleia de Deus (AD) também integra a liderança de expressão da Teologia do Domínio no Brasil.

O cenário político brasileiro contemporâneo, especialmente a partir da crise que culminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, tem sido palco de uma reconfiguração profunda das forças políticas, marcada por uma crescente e complexa intersecção entre religião e poder. De acordo com Paula (2021) o projeto político da IURD se mostrou oportunista em relação ao bolsonarismo, a intenção era reconfigurar discursos que garantissem a permanência da ideologia de direita neoconservadora na presidência do Brasil, a partir da vitória de Jair Bolsonaro (PSL) contra Fernando Haddad (PT), em 2018. A amálgama em formação no pacto político da IURD – Republicanos com o bolsonarismo baseou-se no enaltecimento de Bolsonaro como um político honesto, do bem e destemido no combate à corrupção do petismo e à politicagem da velha política. Ao que tudo indica, a intenção da Igreja era liderar uma aliança ideológica da nova direita, de caráter duradouro e pragmático, com a participação de diferentes instituições evangélicas.

Segundo Cunha (2016) este fenômeno, que desafia os contornos do Estado laico e redesenha as dinâmicas partidárias, encontra na atuação da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) um de seus mais proeminentes e estratégicos exemplos. A IURD, uma das mais influentes e midiáticas instituições neopentecostais do país, transcendeu há muito o campo estritamente religioso para se tornar um ator político de primeira grandeza.

Para Borges (2023) o Republicanos, ex-PRB, assemelha-se a um partido de extrema direita devido às suas críticas históricas ao PT, à Lula e à esquerda, apontados como causadores da crise endêmica de corrupção que assola o país, além de sua oposição às pautas de costumes.

Na concepção de João César de Castro Rocha (2023), a retórica de valorização do ódio na sociedade e na arena política nacional foi ensinada a vários simpatizantes e líderes do bolsonarismo por meio de cursos ministrados por Olavo de Carvalho, filósofo brasileiro da extrema direita. Esses cursos visavam à criação de crenças coerentes, paranoicas, em uma espécie de lavagem cerebral. Em particular, o encontro ideológico da IURD–Republicanos com o bolsonarismo sugere uma Igreja reprodutora e legitimadora da retórica do ódio no campo político.

Este artigo se debruça sobre a articulação orgânica entre a IURD e seu principal braço político, o partido Republicanos, para analisar a consolidação de um projeto de poder político-religioso no Brasil, com especial atenção ao período de 2016 a 2022. Este intervalo temporal é de particular relevância por abranger a ascensão da chamada "nova direita"², a intensificação da polarização ideológica e o governo de Jair Bolsonaro, que conferiu a atores religiosos uma centralidade inédita no Executivo federal.

Esta pesquisa sustenta que a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) e a direita política brasileira se nutriram de valores e conceitos difundidos por meio de práticas políticas autoritárias,

²O conceito de extrema direita – ou nova direita – é reforçado nas expressões de Nogueira e Salgado (2023, p. 131), como um projeto de discursos moralistas e conservadores, repleto de desacatos ao regime democrático: “[...] envolver-se nas discussões com a defesa dos valores familiares tradicionais (combate a novos arranjos familiares não ortodoxos, especialmente de cunho homossexual), à sexualidade e aos papéis de gênero (combate às pautas feministas e aos movimentos LGBTQ+, como o direito ao aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, etc.). Procuravam, portanto, ficar mais no âmbito das questões morais, deixando de lado questões mais políticas e econômicas, como a reforma agrária, moradia, etc.”

O conceito de nova direita no Brasil da contemporaneidade é uma gramática política complexa, porém nos induz a clareza em Cêpeda (2018, p. 52): “Se a nova direita saiu do armário é preciso lembrar que mesmo um único armário possui inúmeras prateleiras, onde repousam projetos, intenções, valores e concepções políticas heteróclitas”. Parece que houve convergência dos vários segmentos da direita brasileira num único segmento denominado de extrema direita a partir da aceitação do Congresso Nacional direitista, em 2015, ao abrir o processo de impeachment de Dilma Rousseff até as eleições de 2022. As facções da direita liberal democrática, inovadora e progressista se transvestiu de autoritarismo associado à disseminação do ódio e das inimizades, se tornando extrema direita.

Pode-se afirmar que Igreja Universal do Reino de Deus-Republicanos pertence a nova direita brasileira, que foram se transfigurando em extrema direita una e transvestida de bolsonarista, no interregno histórico de 2016 de 2022, é explícita pela cientista política Camila Rocha (2021, p. 19-20): “Assim, durante as décadas de 1990 e 2000, enquanto anticomunistas, conservadores e direitas convictos haviam perdido influência que possuíam durante a ditadura, os grupos que antes tinham pouca ou nenhuma influência penetração na esfera pública tradicional, como feministas, LGBTQ+ e negros, passaram a conquistar mais legitimidade em meio a avanços e recuos.

Foi apenas após o auge da popularidade de Lula, entre 2006 e 2010, que a vergonha de ser de direita começou aos poucos dissipar, sobretudo a partir de uma rede social que precedeu o Facebook em termos de popularidade no Brasil do Orkut. Em meio a denúncia de escândalo do mensalão, que atingiu de cheio a cúpula do primeiro governo Lula, [...], abriram a vozes [...] e discussão de ideias no campo da direita. [...], a nova direita emergente passou a apostar na substituição de seu substrato progressista por uma nova amálgama de ideias: o ultraliberalismo-conservador.” A IURD-Republicanos dentro da nova direita se aliaram extrema direita e ao bolsonarismo com discursos e apoios a base de ódios aos adversários políticos, visando romper com pacto democrático de 1988 favorável na ampliação dos direitos humanos no Brasil. Transparece que a Igreja Universal e seu braço político potencializaram o capitalismo neoliberal autoritário.

as quais atribuíram aos indivíduos a responsabilidade tanto por sua condição de pobreza quanto pelo alcance da prosperidade econômica.

A problemática central que norteia esta pesquisa é multifacetada e busca compreender como a articulação estrutural entre a IURD e o partido Republicanos contribuiu para a formação e o avanço de um projeto político-religioso que visa à ocupação hegemônica de espaços de poder no Brasil contemporâneo. Dela, derivam-se questões secundárias, mas igualmente cruciais para a análise: de que modo a construção discursiva de inimigos políticos, promovida sistematicamente pela IURD, impacta a cultura do debate público e corrói as bases do pluralismo democrático? E em que medida a atuação da aliança IURD – Republicanos se estrutura a partir de práticas que, para além da representação de seus fiéis, se assemelham ao clientelismo e à instrumentalização da máquina pública para fins privados e corporativos? O objetivo geral, portanto, é analisar a natureza, as estratégias e as consequências da atuação política da IURD por meio de sua aliança com o Republicanos, destacando a construção de um projeto de poder que transcende o espaço religioso para disputar a própria condução do Estado.

Para alcançar tal desiderato, os objetivos específicos são: 1) Examinar em profundidade as estratégias discursivas e simbólicas utilizadas pela IURD para legitimar sua presença e seus interesses no campo político, com ênfase na construção de antagonismos e na mobilização de uma base social em torno de uma agenda moral conservadora; e 2) Analisar o papel do partido Republicanos como instrumento de organização, expansão eleitoral e consolidação do poder político da Igreja, mapeando seu crescimento e sua inserção nas estruturas de poder. A justificativa para este estudo reside na urgência de se compreender um dos fenômenos mais impactantes da história contemporânea do Brasil. A crescente influência de atores religiosos na política partidária, com um projeto de poder tão bem definido, levanta questões fundamentais sobre a natureza da democracia brasileira, os limites da laicidade do Estado e os riscos associados à instrumentalização da fé para fins de poder. A análise crítica e aprofundada desse fenômeno é, portanto, indispensável para refletir sobre os rumos da República e as tensões que moldam o futuro do pacto social e político do país.

2. Fundamentação Teórica: Poder, Discurso e Antagonismo

A compreensão da intrincada relação entre religião e política no Brasil, e em particular da atuação da IURD, exige um arcabouço teórico que articule conceitos da sociologia do poder, da

teoria do discurso e da filosofia política. A análise do poder como um fenômeno que transcende a esfera puramente institucional é o ponto de partida. Para isso, as contribuições de Pierre Bourdieu, especialmente em *A economia das trocas simbólicas* (2007) e *O poder Simbólico* (1989), são inestimáveis. Bourdieu (2007; 1989) nos ensina que o "campo religioso", assim como outros campos sociais, é um espaço de disputa. A IURD não atua apenas para eleger representantes, e sim para acumular "capital simbólico" e impor uma "visão de mundo" legítima, que naturalize seus interesses e valores. O poder simbólico, para o autor, é esse poder "quase mágico" de fazer ver e fazer crer, de conformar a realidade social aos seus próprios preceitos. A atuação política da IURD é, nesse sentido, uma luta pela hegemonia simbólica.

De forma complementar, a obra *A ordem do discurso* (1999) de Michel Foucault ilumina os mecanismos pelos quais o poder se exerce através da linguagem. De acordo com o autor, o discurso não é apenas um veículo de ideias, mas um conjunto de práticas regradas que produzem e controlam o que pode ser dito, por quem e em que circunstâncias. A análise do discurso da IURD e do Republicanos, portanto, não deve se ater apenas ao conteúdo de suas mensagens, mas aos "procedimentos de interdição", às "vontades de verdade" e aos rituais que definem a legitimidade de sua fala na arena pública. Ao examinar como a IURD constrói e legitima suas narrativas, estamos, na verdade, investigando as tecnologias de poder que sustentam seu projeto político.

O eixo central da análise reside na categoria da "eleição dos inimigos", um conceito que esta pesquisa desenvolve em diálogo crítico com as teorias do antagonismo de Carl Schmitt (2009) e Chantal Mouffe (2015). Em *O Conceito do Político* (2009), Schmitt argumenta que a distinção fundamental da política é a que se dá entre "amigo" e "inimigo". Para ele, o inimigo é o "outro, o estrangeiro", aquele que é existencialmente diferente e com quem o conflito, em seu grau máximo, é sempre uma possibilidade. A teoria schmittiana oferece um poderoso prisma para analisar a retórica empregada por segmentos da nova direita e por atores político-religiosos no Brasil. A prática da IURD de enquadrar a esquerda, o "comunismo", o feminismo e os defensores de direitos LGBTQIA+ não como oponentes legítimos em uma arena democrática, mas como inimigos morais, espirituais e existenciais, alinha-se perfeitamente a essa lógica. Essa estratégia fomenta uma polarização radical que visa desumanizar o outro e justificar sua exclusão do debate público.

Em contrapartida, Chantal Mouffe, em sua obra *Sobre o político* (2015), oferece uma crítica a essa visão destrutiva e propõe uma alternativa para a democracia liberal. A autora defende um modelo de "pluralismo agonístico". Para Mouffe (2015), o conflito e a paixão são inerentes à política e não devem ser suprimidos. A questão é como canalizá-los de uma forma que não destrua o próprio sistema democrático. A solução é transformar "inimigos" em "adversários". Adversários são aqueles que, embora defendam projetos políticos radicalmente distintos, compartilham um consenso sobre os princípios ético-políticos da democracia, como a liberdade e a igualdade para todos. A luta política não visa aniquilar o oponente, mas sim lutar pela hegemonia. A teoria de Mouffe (2015) constitui um referencial crítico fundamental para analisar o distanciamento existente entre a atuação da IURD e do partido Republicanos e os princípios que sustentam um ideal democrático, permitindo problematizar práticas e discursos que tensionam o pluralismo e a lógica institucional vigente.

3. Metodologia

Para dar conta da complexidade do objeto de estudo, esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter histórico-analítico, fundamentada em uma triangulação de métodos que combina a pesquisa documental e a análise do discurso. O foco da investigação é a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus em sua articulação orgânica com o partido Republicanos, com um recorte temporal que se estende de 2016 a 2022, período que condensa transformações cruciais na política brasileira.

O principal procedimento metodológico é a pesquisa documental, que se debruçou sobre um vasto e diversificado *corpus* de fontes. Foram coletados e sistematizados dados eleitorais oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que foram cruciais para mapear, de forma quantitativa e longitudinal, o crescimento do partido em número de mandatos, votos e filiados. Também foram analisados documentos partidários do Republicanos, como seu estatuto e programa. De igual importância foram as obras institucionais da IURD, com destaque para o livro Plano de Poder (2008), de Edir Macedo e Carlos Oliveira, que oferece uma visão interna e explícita do projeto político da igreja. Por fim, um extenso levantamento de materiais de imprensa e registros públicos permitiu contextualizar a atuação da aliança IURD – Republicanos.

De forma complementar, recorre-se à análise do discurso, com inspiração teórica em Michel Foucault (1999). Este método não busca apenas interpretar o conteúdo das mensagens, mas desvelar as regras de formação dos enunciados, as relações de poder que eles estabelecem e os efeitos de verdade que produzem. O tratamento analítico de todo esse material é orientado por referenciais da História Política e da Sociologia da Religião, mobilizando os aportes teóricos de Pierre Bourdieu (1989; 2007), Carl Schmitt (2009) e Chantal Mouffe (2015).

4. Análise e Resultados: O Poder Político-Religioso

A análise da trajetória da IURD no campo político, consolidada por meio do Republicanos, revela um projeto de poder meticulosamente construído, que combina pragmatismo, estratégia de longo prazo e uma eficaz mobilização de sua base de fiéis. A materialização desse projeto pode ser observada em duas frentes principais e interligadas: a impressionante expansão eleitoral da sigla e a sofisticada utilização de um discurso de antagonismo que encontrou no bolsonarismo³ seu catalisador.

4.1. A Expansão Eleitoral do Republicanos

Os dados eleitorais compilados são inequívocos e demonstram um avanço sistemático e avassalador do partido em todos os níveis da federação. Este crescimento não é um evento fortuito, mas o resultado de uma estratégia deliberada de ocupação de espaços institucionais. A bancada de deputados federais ilustra essa trajetória de forma eloquente. De um único representante eleito em 2006, o partido saltou para 40 em 2022, transformando-se em uma das maiores e mais influentes bancadas do Congresso Nacional, conforme os dados coletados e elaborados da Câmara dos Deputados Federais constantes na Tabela 1.

³A conceituação do bolsonarismo por Ribeiro (2020, p. 463): “[...] a expressão Bolsonarismo – definida simplificada como a mais nova face da extrema direita brasileira nas primeiras décadas do século XXI. Tendo como principais bases ideológicas o neoprottestantismo e a defesa do legado da ditadura militar, para o Bolsonarismo religiosidade e autoritarismo locupletam-se e reproduzem-se processando a linguagem da violência (em suas dimensões física e simbólica) como tática política”. Minha reflexão é que o bolsonarismo é um fenômeno político brasileiro de direita e da nova direita, associado ao governo do presidente Jair Bolsonaro, contra os direitos humanos, contando com apoiadores na utilização da violência como solução dos males na sociedade. Ensejam o medo e a agressividade política não velada contra os opositores.

Tabela 1: Evolução da Bancada Federal do Republicanos por Estado (2006–2022)

Estado	2006	2010	2014	2018	2022
Acre	0	0	1	1	2
Alagoas	0	0	0	1	0
Amazonas	0	0	0	2	2
Amapá	0	0	1	1	0
Bahia	0	1	2	2	3
Ceará	0	0	1	0	0
Distrito Federal	0	0	0	1	3
Espírito Santo	0	0	0	1	2
Goiás	0	0	0	1	1
Maranhão	0	1	1	1	1
Minas Gerais	0	0	1	2	2
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0
Mato Grosso	0	0	0	0	0
Pará	0	0	0	1	0
Paraíba	0	0	0	1	3
Pernambuco	0	0	0	2	2
Piauí	0	0	0	0	0
Paraná	0	0	0	2	1
Rio de Janeiro	1	1	2	2	3
Rio Grande do Norte	0	0	0	0	0
Rondônia	0	0	0	1	0
Roraima	0	1	1	1	3
Rio Grande do Sul	0	0	1	1	3
Santa Catarina	0	0	0	1	0
Sergipe	0	1	1	0	1
São Paulo	0	2	8	6	5
TOTAL	1	8	21	30	40

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações Câmara dos Deputados Federais (2025)

O Republicanos, mesmo adotando a profissionalização em seus quadros políticos e contando com o apoio direto da Igreja Universal desde a primeira eleição, em 2006, não conseguiu conquistar cadeiras no parlamento nacional nos estados de Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Piauí e Rio Grande do Norte. Portanto, nesses estados, em quatro pleitos federais, parece que o partido não teve força política suficiente para lançar candidatos competitivos. Ainda assim, diferentemente de outras siglas, o Republicanos, no cenário político brasileiro, não deixou pistas de desidratação ou de intenção de fusão com outros partidos. Pelo contrário, sempre focou em crescer e expandir sua representação política.

Dando continuidade à essa análise, a centralidade político-religiosa da IURD se reconfigura, conforme Rodrigues (2011), na persistência em avançar, crescer e fazê-lo com segurança. Foi no Poder Legislativo Federal, especialmente na Câmara dos Deputados, que a Igreja iniciou sua marca distintiva ao associar política e religião, apresentando resultados eleitorais de sucesso. A hegemonia iurdiana, na acepção de Rodrigues (2011), tem sido construída de forma pensada, na lógica do poder sempre em busca de mais poder, tonificada pela aquisição dos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, a Universal encontrou um ponto de contato confiável ao lançar parte de seus dirigentes como candidatos pelo partido Republicanos a cargos como os de deputado, senador e vereador, com a certeza de contar com representantes político-partidários oriundos do seio da Igreja.

Para aclarar a ideologia do partido Republicanos no quadro partidário nacional nos imiscuímos na coleta de dados com base no Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), como passado de experiência na compreensão da classificação dos partidos políticos brasileiros em cinco campos ideológicos, tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2: Composição Ideológica do Congresso Nacional (Pós-Eleição 2018)

Ideologia	Deputados	Senadores	Partidos
Direita	210	22	PSL, DEM, PRB, PSC, Novo, Patriota, PRP, PTC, DC
Centro-Direita	94	13	PSDB, PSD, PODE, PTB, PPS, PMN
Centro	76	29	MDB, SD, Pros, PPS, Avante, PV, Rede, PPL
Esquerda	73	11	PSOL, PT, PCdoB

Centro-Esquerda	60	6	PDT, PSB
------------------------	----	---	----------

Fonte: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). A tabela ilustra o contexto de um congresso majoritariamente à direita.

No vídeo do YouTube intitulado *Quem é de Esquerda, Direita e Centro?*, organizado por Gabriela Prioli, advogada criminalista, professora universitária, influenciadora digital e comentarista política, em entrevista com o cientista político e historiador Christian Lynch (2021), a discussão foi conduzida para uma melhor compreensão e interpretação das ideologias dos partidos políticos, que expressam distintas visões de mundo e orientações políticas na contemporaneidade brasileira. Atrelando aos dados coletados do DIAP na Tabela 2 apresentada, é possível mobilizar uma reflexão sobre o partido Republicanos (ex-PRB) ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, ao enquadrá-lo no campo ideológico da direita, caracterizado como conservador liberal ou moderado.

Este crescimento do Republicanos, longe de se restringir à esfera federal, replica-se com igual ou maior intensidade nos níveis estadual e municipal, demonstrando uma estratégia de capilaridade e enraizamento territorial que é verdadeiramente impressionante. Nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o número de deputados eleitos pelo partido explodiu de apenas três em 2006 para 76 em 2022. É no poder municipal que a magnitude da expansão se torna ainda mais clara. Examinemos a Tabela 3:

Tabela 3: Evolução da Bancada Estadual/Distrital do Republicanos (2006–2022)

Eleições	Deputados Eleitos	Acréscimo
2006	3	-
2010	18	15
2014	33	15
2018	42	9
2022	76	34

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do site do partido Republicanos (2025)

Foi no interregno das quatro últimas eleições gerais para deputados, senadores, governadores e presidente da República (2010-2022) que o partido Republicanos como representante da Igreja Universal do Reino de Deus teve um crescimento persistente no

legislativo de Brasília e nos estados da federação brasileira ao ampliar suas bancadas em 58 deputados.

De acordo com a Tabela 4, o número de vereadores eleitos nas Câmaras Municipais das cidades brasileiras, nas eleições de 2008 a 2020, tem representado um sucesso comparável ao dos templos físicos e midiáticos, cujos palanques se espriam por todo o território nacional.

Tabela 4: Evolução do Número de Vereadores Eleitos pelo Republicanos (2008–2020)

Eleições	Vereadores Eleitos	Acréscimo
2008	779	-
2012	1.207	428
2016	1.620	841
2020	2.591	971

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do site do partido Republicanos (2025)

Desse modo, os vereadores do Republicanos são também os representantes políticos diretos da IURD nas localidades ou municípios. Isso simboliza um projeto político integrado, de caráter visionário, que articula as bases municipais, regionais e nacional em busca de aprimoramento e profissionalização política.

O partido Republicanos desde sua primeira disputa para as eleições municipais em 2008 tem mostrado sua marca ao eleger prefeitos municipais. De acordo com a Tabela 4 constata que esse partido ligado a IURD tem procurado ampliar seu capital político e simbólico para comandar as prefeituras.

Tabela 5: Evolução do Número de Prefeitos e Vice-Prefeitos Eleitos (2008–2020)

Eleições	Prefeitos Eleitos	Vice-Prefeitos
2008	55	-
2012	80	80
2016	106	145
2020	216	230

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do site do partido Republicanos (2025)

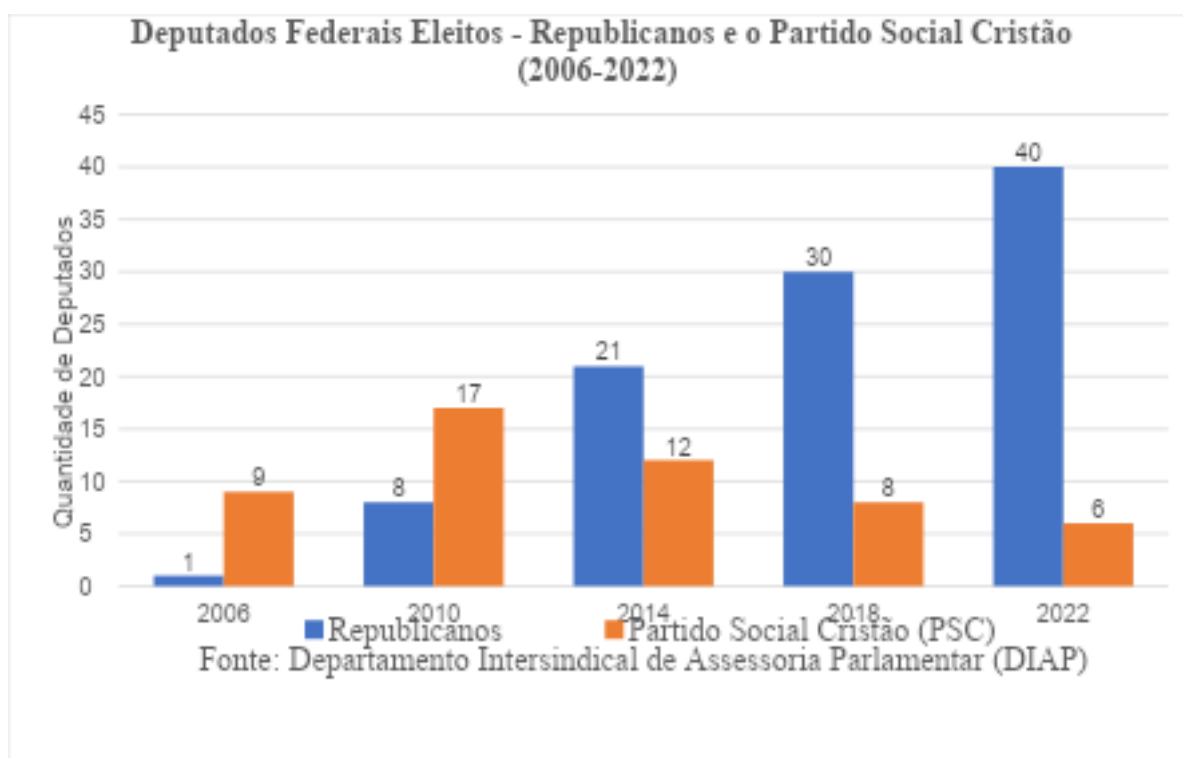
Ao longo de quatro eleições municipais, a partir de 2008, o Republicanos apresentou um crescimento moderado no número de prefeitos e vice-prefeitos eleitos. No entanto, dois pontos de

atenção se destacam na Tabela 5. O primeiro refere-se ao ano de 2008, quando o partido passou a integrar, pela primeira vez, composições políticas em municípios que elegeram vice-prefeitos. O segundo diz respeito ao período correspondente aos governos da chamada nova direita, durante as gestões de Michel Temer (2016) e Jair Bolsonaro (2020), no qual o Republicanos registrou um crescimento significativo no número de prefeitos municipais eleitos.

Em quatro eleições municipais, a partir de 2008, o Republicanos registrou um crescimento moderado no número de prefeitos municipais e vice-prefeitos eleitos, de acordo com as Tabelas 3, 4 e 5.

Em seguida, no Gráfico 1, destacamos a evolução quantitativa de Deputados Federais eleitos em 2006, 2010, 2014, 2018 e 2022 do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP). Em apresentação o núcleo duro e pioneiro do Republicanos como braço político da Igreja Universal do Reino de Deus no quadro político partidário brasileiro.

Gráfico 1 – Evolução Quantitativa dos Deputados Federais eleitos - Republicanos e o Partido Social Cristão (2006–2022)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

O Gráfico 1 nos mostra a escalada crescente de deputados federais eleitos pelo partido Republicanos, cuja trajetória de ascensão teve início no pleito eleitoral de 2010, quando elegeu 8 deputados, alcançando a expressiva marca de 40 parlamentares nas eleições de 2022. No caso do Partido Social Cristão (PSC), ligado à Igreja Assembleia de Deus, observa-se a perda progressiva de cadeiras na Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, em contraste com a conquista da hegemonia política pelo Republicanos, atuando como braço político da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Nas eleições de 2014, 2018 e 2022, a IURD, associada ao Republicanos, conseguiu sobressair-se ao ampliar significativamente seu capital político e simbólico entre as igrejas dos pentecostalismos, consolidando assim, sua influência na representação legislativa.

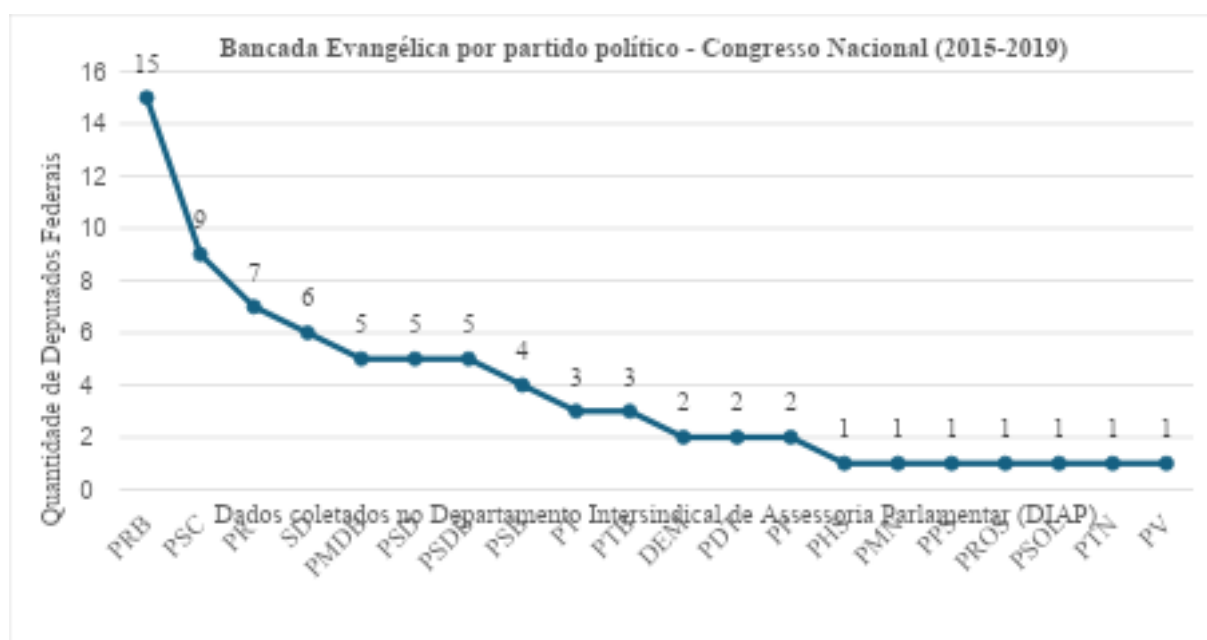
É indubitável, neste debate acadêmico, afirmar que tanto a Igreja Universal do Reino de Deus quanto a Igreja Assembleia de Deus se valeram dos seus instrumentais de comunicação religiosos. Conforme a concepção de Bourdieu (2007), elas se intercambiam com a produção do conhecimento cultural, econômico, social e político.

Os símbolos e bens de salvação dessas duas igrejas do campo dos pentecostalismos tonaram-se cruciais para a projeção no quadro político nacional, ao elegerem seus deputados federais, que se tornaram coparticipes da bancada evangélica e, ao mesmo tempo, compromissados com as pautas neoconservadoras. O poderio comunicacional da IURD e da AD no campo político, para Bourdieu (1989), manifestou-se conquista de espaço na política brasileira através de mandatos políticos, visando a manutenção e a ampliação de cadeiras no Congresso Nacional. Diante disso, esse campo é composto pelos mandatários escolhidos por meio do sufrágio universal, ou seja, por aqueles que foram eleitos, ou não, pelos cidadãos votantes.

Pensar com acuidade a conexão existente entre o partido Republicanos e a Igreja Universal, na construção de uma narrativa analítica e crítica desta pesquisa, constitui parte do cerne da minha produção acadêmica no campo da ciência histórica. Para aprofundar as associações do partido Republicanos no campo político brasileiro, são apresentados e analisados os Gráficos 2, 3 e 4, os quais tratam da evolução da bancada evangélica eleita para a Câmara dos Deputados nas eleições de 2014, 2018 e 2022, com base na filiação partidária dos parlamentares. Correspondentes no exercício dos mandatos eletivos de 2015 a 2019; 2019 a 2023; e 2023 a 2027, o propósito inicial é identificar os partidos políticos que se encontram na liderança da bancada evangélica de deputados federais, bem como aqueles que ocupam a vice-liderança em termos quantitativos, na 55^a, 56^a e 57^a legislaturas do Congresso Nacional, em Brasília. Tal

análise nos permite delinear o avanço das representações evangélicas no cenário político-partidário brasileiro ao longo dos últimos três ciclos legislativos. Examinemos:

Gráfico 2 – Bancada Evangélica por partido político – Congresso Nacional (2015–2019)

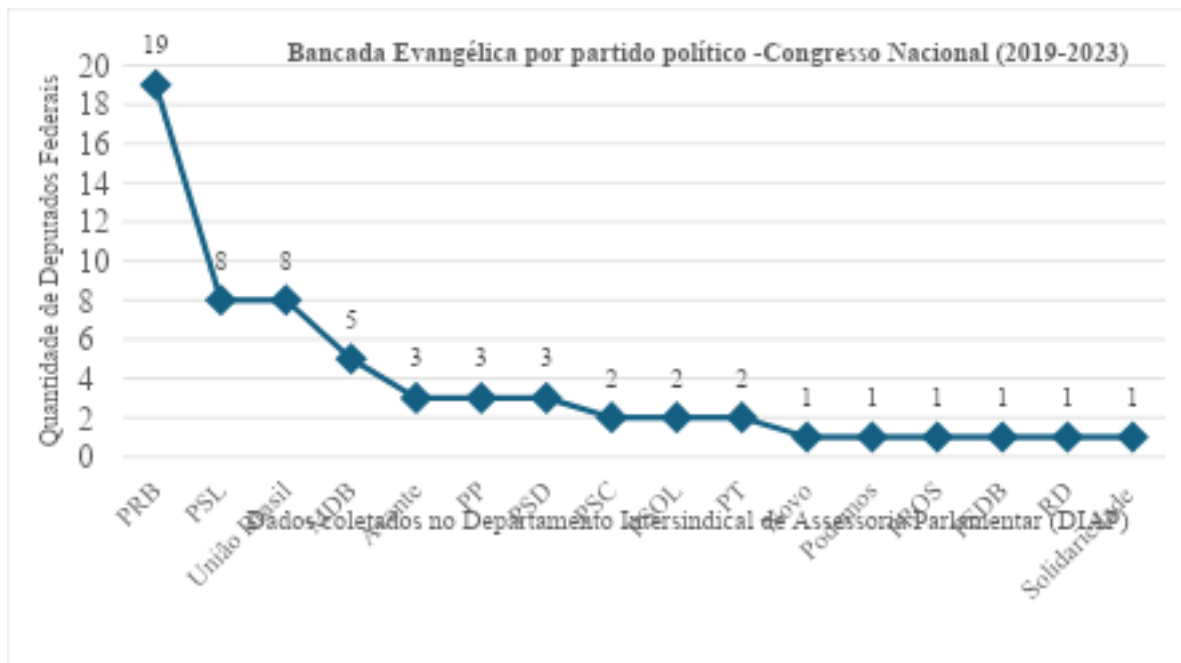


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Verifica-se no Gráfico 2 o poderio exercido pelo partido PRB, atual Republicanos, ao eleger 15 deputados federais que integraram a base de apoio à bancada evangélica federal, entre 2015 e 2019. Por outro lado, o PSC, ligado à Igreja Assembleia de Deus, contou em 2015 com apenas 9 deputados no Congresso Nacional, compondo a bancada evangélica durante a 55ª legislatura (2015–2019). A Assembleia de Deus, por meio do PSC, ocupou a vice-liderança da bancada, com um número moderado de parlamentares. Os demais partidos políticos, no Gráfico 2, ocupavam uma posição marginal enquanto força política da bancada evangélica informal.

A bancada evangélica na 56ª legislatura (2019–2023) evidenciou a hegemonia do PRB, o Republicanos, especialmente quando se compara a quantidade de deputados evangélicos desse partido com os do Partido Social Cristão (PSC), que apresentou um retrocesso em seu desempenho eleitoral e político. Vejamos no Gráfico 3,

Gráfico 3 – Bancada Evangélica por partido político – Congresso Nacional (2019–2023)

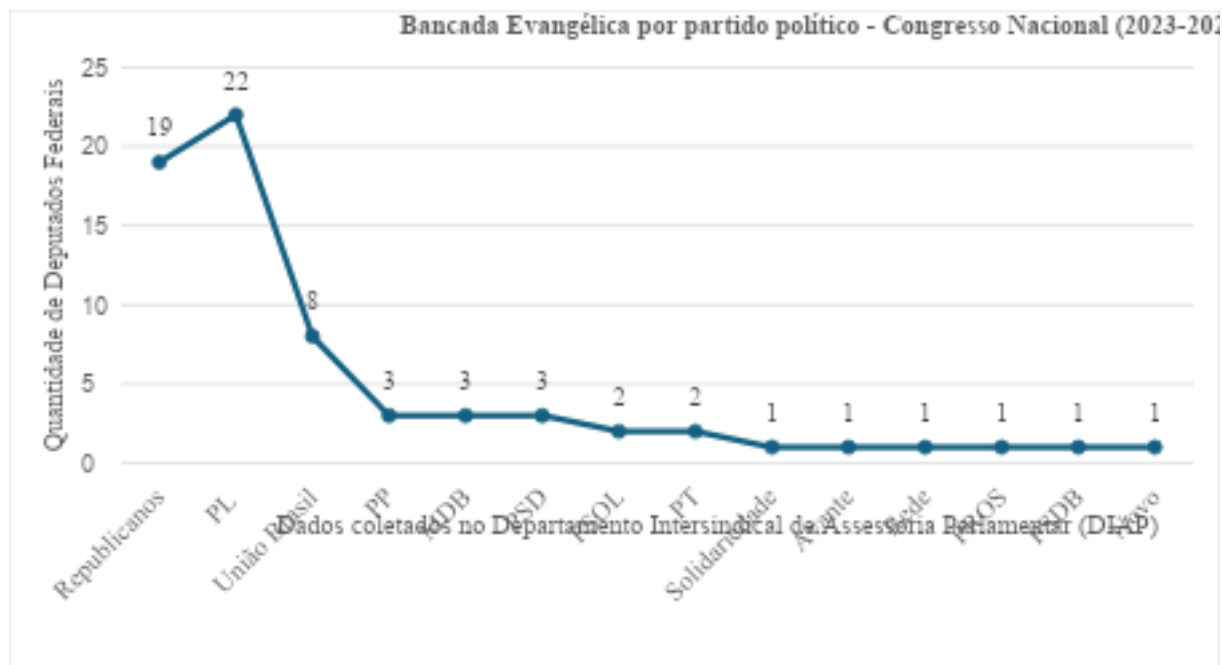


Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

Nessa legislatura, o PSL e o União Brasil (UB) suplantaram o PSC na constituição da bancada evangélica. A perda de visibilidade institucional do PSC, em comparação ao PRB ligado à Igreja Universal, evidencia o processo de desintegração desse partido associado à Igreja Assembleia de Deus. Está implícito que o projeto político dos assembleianos consistiu em espriar seus parlamentares federais por diferentes partidos políticos. As demais agremiações partidárias como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Avante, Progressistas (PP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido do Trabalhadores (PT), Novo, Podemos, PROS, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Renovação Democrática (RD) e o Solidariedade tiveram uma participação política de pouco peso político na bancada evangélica de 2019 a 2023.

A bancada evangélica na 57ª legislatura (2023–2027) caracterizou-se pela concentração de deputados federais eleitos em 2022 como congressistas do Partido Liberal (PL), do Republicanos e do União Brasil. O que nos surpreendeu foi a eleição de 22 deputados federais pelo PL que se integraram a essa bancada, conforme consta no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Bancada Evangélica por partido político – Congresso Nacional (2023–2027)



Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

No entrecruzamento dos dados do Gráfico 4, o foco recai sobre o peso numérico dos parlamentares em articulação com o cenário político nacional, marcado pela predominância da direita e da extrema direita no Brasil, representadas principalmente por congressistas do Republicanos e do PL. Assim, destaca-se o papel dos deputados federais do Partido Liberal (PL) nessa bancada, refletindo a força do ex-presidente Jair Bolsonaro, filiado ao PL, na eleição de parlamentares evangélicos nesse partido. Vale lembrar que Bolsonaro manteve proximidade ideológica e política com as igrejas pentecostais evangélicas. Os 19 deputados federais da bancada evangélica (2023–2027) demonstram que o Republicanos vem consolidando sua robustez representativa desde 2015. Esse partido político ligado à IURD tem assegurado, com capilaridade e coesão, seu capital político e simbólico, bem como discursos interesseiros e seletivos, que facilitam alianças tanto com setores da esquerda quanto com facções da direita no

país. Diferentemente do PSC, vinculado à Igreja Assembleia de Deus, o Republicanos não se fragmentou. Pelo contrário, empenhou-se em consolidar seu projeto de crescimento, sustentado por alianças fisiológicas, candidaturas eleitoralmente influentes na sociedade e discursos adaptados conforme a conjuntura política.

4.2. A Estrutura Partidária e o Volume de Votos

O crescimento em mandatos é um reflexo direto da expansão da estrutura partidária e do aumento de sua base de eleitores. A capilaridade do Republicanos é impressionante, como mostra a evolução do número de órgãos partidários municipais.

Tabela 6: Estrutura municipal do Republicanos (2006–2019)

Ano	Municípios com Órgão	Diretórios	Comissões Provisórias
2006	10	0	10
2011	593	0	593
2015	1.326	0	1.326
2017	1.314	193	1.121
2019	1.495	2	1.493

Fonte: Cláudia Cerqueira, a partir de dados do TSE (2025)

Soma-se a isso o fato de o partido ainda permanecer com uma grande quantidade de Comissões Provisórias municipais, o que dificulta a formação de quadros com políticos conhecidos, bem como a emergência de quadros que apresentam projetos alternativos inovadores e experientes para as disputas eleitorais.

Ademais, a expansão do Republicanos no poder executivo municipal é restringida por fatores como a ausência do partido em todos os municípios brasileiros, conforme a Tabela 6.

Em continuidade, as filiações partidárias no Republicanos perduram. Na prática, o partido demonstra sua originalidade identitária clientelista e sua capacidade de sobrevivência no quadro partidário nacional e entre os partidos do universo da nova direita, conforme dados coletados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), expostos na Tabela 7.

Tabela 7: Evolução do número de filiados do Republicanos (2010–2022)

Ano Eleitoral	Filiados
---------------	----------

2010	219.307
2012	287.198
2014	295.106
2016	383.874
2018	365.643
2020	478.759
2022	492.734

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

Os indivíduos que se filiaram ao Republicanos representam, no imaginário da cúpula do partido, uma garantia, no interregno de 2010 a 2022, do engajamento dos filiados nas campanhas eleitorais e nos debates, da visibilidade do partido perante os demais, bem como de sua legalização no TSE. O Republicanos não é uma agremiação de quadros ou de massas, segundo Duverger (1970), mas se enquadra nos círculos concêntricos de participação política. Os níveis de participação política popular estão mais próximos do centro de envolvimento do cidadão com o partido com o qual mais participa e se identifica. Os níveis concêntricos são: os militantes, que dedicam parte de seu trabalho em nome de uma instituição política; os membros, que representam os filiados; os simpatizantes, que se identificam com o partido, mas votam nele de forma não consciente; e o eleitor, que vota meramente de forma consciente no partido. Os níveis concêntricos de mobilização das pessoas que apoiaram o Republicanos nas eleições integram uma engrenagem que opera de forma sincrônica no empoderamento desta instituição política e de outras instituições partidárias nos processos históricos da modernidade.

Por outro lado, a IURD e sua extensão partidária, o Republicanos, realizam seu projeto político nos poderes Legislativo e Executivo – municipal, estadual e federal – de forma clientelista no Brasil. As expressões analíticas do historiador inglês Peter Burke (2012), no campo político dos apadrinhamentos, contribuem para aclarar a realidade histórica e política vivida no tempo presente no país:

O apadrinhamento pode ser definido como um sistema político fundamentado em vínculos “verticais” – em outras palavras, relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (ou afilhados). Não raro, as duas partes usam uma linguagem de amizade, inclusive “amigos de amigos”, ou a linguagem do parentesco, como o hoje famoso padrinho ou “chefão”. É, porém, mais realista ver a

relação entre eles como uma forma de troca. Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressas em várias simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados. É assim que conseguem transformar riqueza em poder (Burke, 2012, p. 116).

À luz dessa perspectiva, as simbolizações de busca de robustez do Republicanos – conforme demonstrado nas Tabelas 1 a 7 – são marcas da rede de influência baseada na troca de favores entre afilhados e padrinhos, que permeia o cenário das disputas eleitorais e das vitórias consolidadas dos chamados “políticos de Cristo” no exercício de cargos eletivos no Legislativo e no Executivo.

Embora Burke (2012) nos frise que os compromissos selados do tipo padrinho-afilhado não sejam novidade para os historiadores da prática política institucional, o que parece chamar bastante atenção na contemporaneidade é a presença das igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais no Brasil – especialmente a IURD – em perpetuar alianças com agremiações partidárias. Essa estratégia é focada, de maneira insistente, no horizonte de expectativas de: aumento do número de representantes políticos, da quantidade de votos recebidos nas eleições, da influência sobre os poderes públicos, da ocupação de cargos relevantes em governos de diferentes ideologias, e dos favoritismos contemplados pelo poder central. De outro lado, as igrejas dos pentecostais, notadamente a IURD, têm alimentado e realimentado seus fiéis a permanecerem nas relações de submissão aos padrinhos.

Diante desse cenário, a ocupação de cargos políticos no Poder Executivo nacional teve início com o ex-vice-presidente da República José Alencar, nos dois mandatos de Lula (2003–2010), ao se filiar ao PMR. Na trajetória de ascensão política da Igreja Universal do Reino de Deus, destaca-se a nomeação de bispos da Igreja para ministérios por governos brasileiros. Cunha (2022) nos faz lembrar membros dirigentes da IURD como auxiliares diretos da Presidência da República: a ex-presidenta Dilma Rousseff nomeou o senador pelo Rio de Janeiro Marcelo Crivella como Ministro da Pesca, e o deputado George Hilton como Ministro do Esporte. O ex-presidente Michel Temer nomeou o deputado federal Marcos Pereira para o cargo de Ministro da Indústria e do Comércio.

Esse aumento na estrutura e na militância se traduz em um volume de votos cada vez maior a cada eleição, em todos os cargos. Analisemos a Tabela 8:

Tabela 8: Votos recebidos para Deputado Federal e Senador (2006–2022)

Eleições	Votos Deputado Federal	Votos Senador
2006	185.817	264.155
2010	1.659.973	3.332.886
2014	4.296.885	301.162
2018	4.832.700	1.505.607
2022	7.495.836	4.259.279

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

Conforme consta na Tabela 8, o desempenho histórico eleitoral marcante do partido político ligado à IURD é a votação crescente recebida pelos candidatos para deputado federal desde a eleição de 2006. Portanto, formou-se um núcleo duro de políticos no partido, composto por bispos e não bispos da Igreja. O capital político de expressão dos republicanistas se encontra no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados Federais, em Brasília.

Além disso, os candidatos a deputados estaduais e distrital, desde 2006, têm sido sufragados de forma acelerada a cada eleição proporcional do parlamento.

Tabela 9: Votos para Deputado Estadual/Distrital (2006–2022)

Eleições	Deputado Estadual	Deputado Distrital	Total
2006	169.119	2.486	171.105
2010	1.505.558	18.478	1.524.036
2014	2.224.905	59.275	2.284.180
2018	3.381.678	77.888	2.459.566
2022	6.544.264	86.822	6.631.086

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

Observando a Tabela 9, constatamos que a presença do Republicanos nos parlamentos estaduais e distrital se encontra na atuação do partido em todos os estados brasileiros. O crescimento de candidatos a deputados em nível regional, estadual e distrital, bem como os votos recebidos, poderá ser atribuído à presença de deputados federais no exercício de mandatos dessa

agregação, formando suas bases de apoio e sustentando a prática do clientelismo eleitoral, com benefícios realizados mutuamente.

Além disso, na realidade histórica, há mais contato direto do candidato a deputado federal com candidatos a deputados estaduais e distrital, e vice-versa. Da parte dos candidatos a vereadores, é menor a proximidade com os deputados federais e com os candidatos desse segmento que sejam da IURD-Republicanos ou de outros partidos.

Por fim, a votação dos candidatos a vereadores pelo projeto IURD–Republicanos nos apresenta um crescimento vertiginoso entre 2008 e 2020, como consta na Tabela 10.

Tabela 10: Votos recebidos para Vereador (2008–2020)

Eleições	Votos para Vereador
2008	2.147.857
2012	2.818.054
2016	3.732.094
2020	5.197.428

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

A votação nos candidatos a vereadores, nos municípios do nosso país, por parte dos republicanistas, tem ampliado bastante. Entretanto, temos que considerar que suas presenças estavam em 1495 cidades. Desde a fundação do partido, em 2005, este não tem conseguido criar Comissões Provisórias para lançar candidatos em todos os parlamentos municipais. Isso demonstra que a Igreja Universal tem dificuldades de emplacar seus candidatos oficiais a vereador e não filiados ao Republicanos em todas as cidades. Apesar dessas limitações, o Republicanos obteve mais de cinco milhões de votos para vereador em 2020, o que demonstra um aumento de seu peso eleitoral.

Tabela 11: Votos recebidos para Prefeito (2006–2020)

Eleições	Votos para Prefeito
2006	1.519.543
2012	2.567.100
2016	3.892.989
2020	5.010.399

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

Tabela 12: Votos recebidos para Governador (2006–2022)

Eleições	Votos para Governador
2006	1.531.431
2010	-
2014	1.619.165
2018	-
2022	11.056.917

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

Na Tabela 11, constam apenas os votos recebidos pelos candidatos a prefeito municipal. É evidente que o TSE não apresenta, em sua plataforma digital, os votos recebidos pelos candidatos a vice-prefeito do partido supracitado. Isso nos demonstra o descaso, presente em nossa cultura política, com seu simbolismo de subalternizar o candidato a vice, eleito ou não, como se não tivesse sido votado pelo povo na mesma proporção que o candidato titular do executivo. Legalmente, as candidaturas ao executivo são registradas como chapa. Além disso, a Tabela 12 nos possibilita identificar a descontinuidade, nos recortes temporais eleitorais, dos votos recebidos pelos governadores do Republicanos nos estados. Conseqüentemente, apresentamos, na Tabela 13, a pujança histórica do desempenho eleitoral dos candidatos republicanos nos últimos pleitos eleitorais.

Tabela 13: Poder Legislativo estadual/distrital e federal – votos recebidos pelo partido Republicanos (2006-2022)

Eleições	Votos Recebidos	Varição (%)
2006	712.130	-
2010	6.777.518	851,72%
2014	7.265.525	7,20%
2016	9.842.581	35,47%
2022	14.126.922	43,53%

Fonte: TSE–Tribunal Superior Eleitoral (2025)

A interpretação exposta nos nutre afirmar que o crescimento da agremiação política citada na Tabela 13, e nas anteriores, deu-se na forma de apadrinhamentos-afilhados, de acordo com o

crivo da pós-modernidade, da aceleração da história e do tempo histórico. Na modernidade líquida, regada pelo neoliberalismo e pelo pacto igreja-partido, a ressignificação da realidade brasileira está acontecendo com celeridade e, concomitantemente, com múltiplas estratégias. Tais estratégias dificultam sobremaneira às cidadãs e aos cidadãos eleitores, simpatizantes e militantes dos partidos políticos, escaparem de uma consciência política fragmentada e superficial, integrante de uma cultura de guerra cultural do ódio e da indiferença às injustiças sociais. Nosso povo está exposto e empurrado, juntamente com os partidos da arena política, a reproduzir a violência verbal ou oral velada, mesmo os que têm um grau de escolaridade mais elevado, independente da ideologia.

Portanto, a ascensão do partido Republicanos, ligado à Igreja Universal do Reino de Deus, se sustenta por meio de apadrinhamentos políticos e da formação de líderes comprometidos com a cultura de reprodução clientelista: empreguismo, afilhados, amigos, amigos de amigos, troca de favores, composição de base de apoio a governos e fomento ao fisiologismo. Por exemplo, ocupou ministérios e participou da base de apoio no Congresso Nacional dos governos de Lula (2003–2010), Dilma Rousseff (2011–2016), Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022).

4.3. O Discurso do Antagonismo e o Encontro Estratégico com o Bolsonarismo

O sucesso eleitoral do Republicanos não pode ser explicado apenas por sua organização. Ele está intrinsecamente ligado à sua capacidade de mobilizar uma base fiel por meio de um discurso que se apropria da lógica do antagonismo. Como teorizado por Schmitt, a definição de um "inimigo" comum é um poderoso aglutinador político. A IURD, historicamente, e o Republicanos, de forma mais explícita no período recente, elegeram a "esquerda", o "comunismo", a "ideologia de gênero" e outras pautas progressistas como os inimigos a serem combatidos em uma verdadeira "guerra cultural". Essa retórica maniqueísta cria uma identidade coletiva de "nós", os "cidadãos de bem", defensores da "família tradicional" e dos "valores cristãos", contra "eles", os agentes da desordem moral, da corrupção e da dissolução da nação.

Os dirigentes iurdianos e a cúpula do partido Republicanos buscam enquadrar sua ideologia religiosa e política ao bolsonarismo, na expectativa de um projeto de futuro. O jornal O Estado de São Paulo publicou, em 1º de outubro de 2018, a matéria intitulada “Bolsonaro recebe apoio de líderes evangélicos”:

Sob intenso ataque de adversários, o candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro, encontrou um porto seguro no apoio do segmento evangélico. Líderes de igrejas neopentecostais já indicam apoio ao capitão da reserva em eventual segundo turno entre ele e Fernando Haddad, do PT, cenário mais provável conforme as pesquisas de intenção de voto. O bispo Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), declarou no sábado voto em Bolsonaro. O PRB, partido ligado à Universal, já manifestou internamente predileção pelo candidato do PSL no segundo turno, embora tenha se coligado ao tucano Geraldo Alckmin no primeiro turno (Estado de São Paulo, 2018).

Nos últimos anos, o encontro da IURD com o bolsonarismo revela um projeto político de ocasião, mesclado de afinidades ideológicas neoconservadoras, que se aproveita do discurso neoliberal autoritário do bolsonarismo para transitar com desenvoltura no campo político-partidário da nova direita.

O bolsonarismo, para Rocha, J. (2023), é um fenômeno social de caráter autoritário, cuja retórica do ódio se encontra alojada na sociedade brasileira e integra a onda internacional de ascensão da extrema direita ao poder no século XXI. Isso implica a glorificação da violência de Estado, das torturas, dos torturadores, dos assassinatos e do desaparecimento de pessoas consideradas desafetas e denominadas inimigas do regime político vigente. Cassimiro e Lynch (2022) afirmam que o bolsonarismo é reacionário⁴ tendo como propósito eliminar o comunismo no Brasil, enfraquecer o Partido dos Trabalhadores (PT) e outros partidos políticos de esquerda.

Conforme o editorial da *Folha Universal*, “Sem máscaras e com as garras de fora”, escrito pelo advogado Denis Faria e publicado em 06 de fevereiro de 2022, é possível identificar pontos de convergência entre a ideologia da IURD e a nova direita, inclusive de uma igreja afeita ao bolsonarismo e às suas práticas autoritárias:

O Plano de poder do Partido dos Trabalhadores (PT) foi tramado em Brasília há duas décadas. Para felicidade geral da nação, esse projeto foi interrompido pelo impeachment

⁴ O conceito de Reacionário para Cassimiro e Lynch (2022, p. 76-77) nos é apresentado: “No caso do Brasil, [...], os reacionários contemporâneos foram obrigados a se referir a uma época mais recente, a ditadura militar, ou ao período monárquico, romantizado por lentes medievalistas. [...] os reacionários brasileiros suspiram. Dai sua atração por tudo aquilo que a sociedade brasileira herdou de pior da colonização: o culto da morte e da violência, o anti-intelectualismo, o personalismo, o patrimonialismo, o patriarcalismo”. O político reacionário é idealiza o retorno de um passado imaginado.

do Dilma Rousseff e pela prisão de Lula. Encarcerado, parece que Lula teve de reformular suas estratégias de voltar ao poder. Ele e sua trupe já sabem que o povo brasileiro não acredita mais naquele discurso falacioso de “paz” e “amor”, inventado pelos marqueteiros em 2002 e 2006. Agora temos um PT como ele é: sem máscara, sem fantasia e com as garras de fora. A ideologia dos partidos de esquerda, com o PT e seus partidos satélites como o PCdoB, PSB, PV, Rede e demais, não tem nada a ver com distribuição de renda e igualdade social. Eles almejam o controle das pessoas pelo Estado, de uma esquerda com viés de ditadura que esvazie o povo em troca de assistencialismo. Lula já falou abertamente que deseja estreitar relações com o governo chinês e fazer parceria estratégica para dominar a sociedade e o mercado brasileiro. Portanto, o retorno de Lula à Brasília representa, como ele já afirmou, um maior controle e opressão do Estado sobre o povo, inclusive com domínio da imprensa e das redes sociais. Os esquerdistas estão sem máscaras e suas garras prontas para devorar os cofres públicos. O povo brasileiro não abre mão de sua liberdade de expressão e do livre comércio, ninguém quer mais burocratas corruptos ditando as regras do mercado. Lula tornou-se símbolo da corrupção e da degradação da família cristã e a sociedade não aceita mais a sua volta ao poder.

As críticas negativas da IURD ao Partido dos Trabalhadores (PT), associadas ao comunismo e à destruição da família tradicional, ocorrem há décadas, ainda que com descontinuidades. Isso se torna claro nas palavras de Paula (2021), ao afirmar que a Igreja tende a construir alianças com grupos políticos que possuem maiores chances de vencer uma eleição presidencial. Por outro lado, evidencia-se que o alinhamento ideológico da IURD–Republicanos com o bolsonarismo, desde 2014, tende a distanciá-los cada vez mais de uma convivência, ainda que relativa, com o lulismo e a esquerda brasileira.

O semanário *Folha Universal*, em sua edição de 28 de agosto de 2022, em editorial escrito pelo advogado Denis Faria, retrata a visão da Igreja Universal do Reino de Deus no Brasil sobre Lula e o Partido dos Trabalhadores:

O ódio do candidato à Presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva contra os cristãos é notório. O ex-presidiário não consegue conter a mágoa que sente das igrejas cristãs, por não conseguir apoio delas para o seu projeto de retorno ao poder. Em uma entrevista a uma rádio em Minas Gerais, Lula, ao ser questionado sobre sua rejeição entre os que creem em Jesus Cristo como Senhor e Salvador, disse que não era candidato de facção religiosa. E, no mais recente discurso para seus mingados adoradores em São

Paulo, ele defendeu o Estado laico, ou seja, com a igreja fora das decisões políticas do Estado.

Ele tenta disfarçar o preconceito que nutre contra os evangélicos e cristãos católicos e fala que se ganhar as eleições vai tratar todos os credos religiosos de forma igualitária.

Lula e todos os seus seguidores sempre desprezaram os evangélicos.

O Brasil presenciou um dos maiores saques aos cofres públicos no famoso escândalo do Mensalão. Havia repasses de dinheiro de empresas, que faziam doações ao PT para comprar apoio político e aprovar projetos que muitas vezes subsidiavam empréstimos para as ditaduras. O esquema de corrupção começou em 2002 e só em 2005 foi descoberto por meio de uma gravação secreta.

Sabe-se que, antes dos governos petistas de Lula e Dilma (2003–2016), a IURD se colocava como adversária política do PT e da esquerda, postura à qual retornou após esse período. Nesse contexto, passou a adotar uma posição abertamente antagonista, com sinais de inimizade em relação ao petismo. Observa-se a Universal alinhada à ideologia da nova direita e à crescente participação de evangélicos no centro das decisões políticas do país, tanto no Congresso Nacional quanto no Palácio do Planalto. As críticas da Igreja ao PT foram especialmente duras.

Esse enquadramento discursivo encontrou um terreno fértil e um poderoso megafone no fenômeno do bolsonarismo. A ascensão de Jair Bolsonaro à presidência em 2018 representou a chegada ao poder de um líder que não apenas compartilhava, mas personificava e amplificava essa mesma lógica amigo-inimigo. A aliança entre o Republicanos e o governo Bolsonaro não foi um mero ato de oportunismo político, mas o encontro estratégico de dois projetos que, embora com origens distintas, convergiam em sua visão de mundo e em seu método de ação política. A IURD e o Republicanos ofereceram a Bolsonaro uma base social organizada, capilaridade e uma legitimidade crucial junto ao eleitorado evangélico. Em troca, Bolsonaro deu ao projeto da igreja uma centralidade, um acesso e um poder institucional inéditos.

A análise do discurso de lideranças da IURD e do Republicanos no período revela uma constante associação entre a defesa de suas pautas e a necessidade de derrotar um inimigo comum, alinhando-se perfeitamente à agenda bolsonarista. Essa estratégia, embora eficaz do ponto de vista eleitoral, representa um risco ao pluralismo democrático, pois, como adverte Chantal Mouffe, a transformação do adversário em inimigo mina as bases do convívio democrático e abre caminho para o autoritarismo.

5. Resultados e Considerações Finais

Os resultados desta pesquisa, fundamentados em uma análise aprofundada de dados e discursos, demonstram de forma inequívoca que a articulação entre a Igreja Universal do Reino de Deus e o partido Republicanos transcende a mera representação política de um grupo religioso. Trata-se de um projeto de poder político-religioso consolidado, sofisticado e em plena expansão no Brasil. A análise dos dados eleitorais revela um crescimento exponencial e contínuo do partido em todas as esferas de poder – federal, estadual e municipal – entre 2006 e 2022. Este avanço não é um fenômeno espontâneo, mas o resultado de uma estratégia deliberada e de longo prazo de ocupação de espaços institucionais, sustentada por uma base social altamente mobilizada e por uma estrutura partidária que se funde com a da própria igreja. O Republicanos funciona, na prática, como o braço político que materializa as ambições de poder da IURD, traduzindo sua imensa influência religiosa e midiática em capital político tangível e poder de Estado.

A fundamentação teórica, ao mobilizar o diálogo crítico entre as concepções de Carl Schmitt e Chantal Mouffe, permitiu desvelar a principal tecnologia discursiva empregada nesse projeto: a construção de um antagonismo radical. Ao eleger "inimigos" políticos e morais – a esquerda, o comunismo, as pautas de gênero e direitos humanos –, a IURD e o Republicanos forjam uma poderosa identidade coletiva e mobilizam sua base em torno de uma luta percebida como existencial, uma verdadeira "guerra santa" secularizada. O encontro estratégico com o bolsonarismo, que compartilha da mesma matriz discursiva, potencializou essa estratégia de forma inédita, alçando o projeto político da igreja a um patamar de influência sem precedentes no Estado brasileiro. Contudo, essa lógica do aniquilamento do adversário, em detrimento de um debate agonístico entre projetos legítimos, representa uma ameaça direta e corrosiva ao pluralismo e à estabilidade da democracia.

Conclui-se, portanto, que a atuação da IURD por meio do Republicanos não é apenas um caso de intersecção entre religião e política, mas uma complexa e bem-sucedida engenharia de poder que busca ativamente redefinir as fronteiras entre religião e Estado, em um desafio direto à laicidade. A instrumentalização da fé para fins partidários, a promoção de uma agenda moral conservadora que se choca com direitos fundamentais e a utilização de uma retórica de ódio e exclusão são aspectos que demandam atenção crítica e contínua da sociedade e da academia. A

compreensão aprofundada deste fenômeno é crucial para entender as transformações em curso na política brasileira e os desafios que se impõem à sua jovem e frágil tradição democrática. O legado dessa articulação político-religiosa, que se mostrou resiliente mesmo após o fim do governo Bolsonaro, continuará a moldar o futuro do país, tornando imperativa a reflexão crítica sobre os limites, os riscos e as consequências da fusão entre o púlpito e a urna.

6. Referências

ARAÚJO, Samuel. "O ataque dos clones": expansões e transformações nas teologias do domínio. *In*: PASSOS, Décio (org.). **Teologia do domínio e usos de Deus na política**. São Paulo: Ideias e Letras, 2025. p. 71-109.

BORGES, André. Antipetismo, antipartidarismo e mobilização eleitoral: determinantes de apoio à nova direita antiestablishment. *In*: BORGES, André; VIDIGAL, Robert (org.). **Para entender a nova direita brasileira: polarização, populismo e antipetismo**. Porto Alegre: Zouk, 2023. 425 p.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 1. ed. Coimbra: Edições 70, 1989. 510 p.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007. 424 p.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 339 p.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Quem são os deputados**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/32n3symt>. Acesso em: 18 abr. 2024.

CASSIMIRO, Paulo Henrique; LYNCH, Christian. **O populismo reacionário: ascensão e legado do bolsonarismo**. São Paulo: Contracorrente, 2022.

CEPÊDA, Vera Alves. A nova direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 40-74, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://tinyurl.com/3uckksxr>. Acesso em: 4 set. 2024.

CUNHA, Magali do Nascimento. Religião e política: ressonâncias do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. **Perseu**: história, memória e política, São Paulo, ano 7, n. 11, p. 147-166, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/2u62bwaa>. Acesso em: 3 set. 2024.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ASSESSORIA PARLAMENTAR. **Radiografia do Novo Congresso**: legislaturas 2015-2019; 2019-2023; 2023-2027. 8. ed. Brasília, DF: DIAP, out. 2023. (Série Estudos Políticos).

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970. 461 p.

ESTADÃO. **Bolsonaro recebe apoio de líderes evangélicos**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/10/01/bolsonaro-recebe-apoio-de-lideres-evangelicos.htm>. Acesso em: 5 jun. 2025.

FARIAS, Denis. **Sem máscaras e com as garras de fora**. Folha Universal, 6 fev. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/sem-mascara-e-com-as-garras-de-fora/>. Acesso em: 16 nov. 2025.

FARIAS, Denis. **Quem é a verdadeira facção?**. Folha Universal, 28 ago. 2022. Disponível em: <https://www.universal.org/noticias/post/quem-e-a-verdadeira-facciao/>. Acesso em: 6 nov. 2025.

FOLHA DE S. PAULO. **Igreja Universal vai criar partido político**. São Paulo. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1301200515.htm>. Acesso em: 28 maio 2025.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1999. 80 p.

LYNCH, Christian. **Entrevista**: as ideologias políticas. Quem é de esquerda, direita e centro?. Entrevistadora: Gabriela Priori.. 1 vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1yDN5i0zO6g&t=1415s>. Acesso em: 12 nov. 2025.

MACEDO, Edir; OLIVEIRA, Carlos. **Plano de poder**: Deus, os cristãos e a política. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2008. 128 p.

NOGUEIRA, Leo; SALGADO, Tathiana. Atuação das religiões evangélicas e do discurso conservador nas eleições presidenciais de 2018, no Brasil. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 16, n. 46, p. 115-145, 2023.

ORO, Ari Pedro. Organização eclesial e eficácia política: o caso da Igreja Universal do Reino de Deus. **Revista de Ciências Sociais**, v. 3, n. 1, p. 97-109, 2003a.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 53, p. 53-69, 2003b. Disponível em: <https://tinyurl.com/y49bndv8>. Acesso em: 5 mar. 2024.

PAULA, Tiago Franco de. **Deus acima de tudo**: a atuação política da Igreja Universal do Reino de Deus nas eleições presidenciais de 2018. Orientadora: Débora Messemberg. 2021. 184 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/y4xez8kz>. Acesso em: 15 maio 2025.

REPUBLICANOS. **Republicanos nas urnas**. [S. l.]: Partido Republicanos, 2025. Disponível em: <https://tinyurl.com/2vsxzkw6>. Acesso em: 28 mar. 2025.

RIBEIRO, Guilherme. Entre armas e púlpitos: a necropolítica do bolsonarismo. **Continentes (UFRRJ)**, ano 9, n. 16, p. 463-485, jun. 2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y2czfysk>. Acesso em: 15 jun. 2025.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021. 235 p.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo**: da guerra cultural ao terrorismo doméstico: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva. Belo Horizonte: Autêntica, 2023. 189 p.

RODRIGUES, Jadir Gonçalves. **Carisma e poder**: categorias elementares da retórica da Igreja Universal do Reino de Deus. 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://tinyurl.com/2e729yppm>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SCHMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009. 135 p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Filiações e votações partidárias**. Brasília, DF: TSE, 2025. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/>. Acesso em: 8 jun. 2025.